

| | |
|-----------|----------------|
| Ata N.º | 01/2015 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6 | 42 |

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
ATA N.º 01/2015 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

----- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze, na vila de Vila Nova de Paiva e Salão Nobre dos Paços do Município, após convocatórias individuais e edital afixado nos lugares públicos de estilo, em que se anunciava o dia, hora e local da sessão e a respetiva ordem do dia, realizou-se 1.ª sessão de natureza ordinária deste órgão deliberativo do Município de Vila Nova de Paiva, do mês de fevereiro do ano em curso.-----

----- Aberta a sessão pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Paulo Manuel Teixeira Marques, eram catorze horas e trinta e cinco minutos minutos, e feita a chamada, verificou-se estarem presentes os seguintes Membros: -----

----- Da Mesa da Assembleia: -----

----- Helena Isabel Mota Afonso Reis, 1.ª Secretária.-----

----- Dos Membros eleitos: -----

----- Pedro Alexandre Afonso de Sousa -----

----- Manuel Moraes Ramos -----

----- Mário Jorge Martinho Morgado -----

----- António Manuel Rodrigues Coelho -----

----- Ilídio Silva Ferreira-----

----- Fernando da Costa Félix -----

----- Rosa Cristina Clara Alves Pinto -----

----- José Manuel Soeiro do Nascimento Correia Alves -----

----- Paula Cristina Sá Nascimento -----

----- José Manuel Afonso Rodrigues -----

----- Dos Representantes das Juntas de Freguesia: -----

----- Jorge Manuel Silva Cerdeira, Presidente da Junta de Freguesia de Pendilhe; -----

----- Augusto Marques Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Queiriga; -----

----- Amândio Martinho Salvador, Presidente da Junta de Freguesia do Touro; -----

----- Ilídio Afonso da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas; -----

----- Jorge Manuel Pereira Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira. -----

----- Não compareceram à reunião os seguintes membros: Sr. José Luís Lopes Ramos, 2.º secretário da Mesa da Assembleia, Sr. Diogo Martins Cardoso e Sr.ª Maria do Rosário Morgado Simões -----

----- Em representação da Câmara Municipal esteve presente na sessão o Sr. Presidente da Câmara, José Morgado Ribeiro, em cumprimento do disposto na alínea r), do n.º 1, do art.º 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com os n.ºs 1 e 2 do art.º 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Dada a ausência do Sr. José Luís Lopes Ramos, segundo secretário, o Sr. Presidente da Assembleia chamou para a Mesa a Sr.ª Rosa Cristina Clara Alves Pinto, ficando assim a Mesa devidamente constituída.-----

----- Verificando-se haver quórum, o Sr. Presidente da Mesa deu início aos trabalhos:

-----**PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

----- **1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso:** -----

----- **a) Expediente recebido** -----

----- O Presidente da Assembleia deu a conhecer e fez-se apreciação do expediente recebido no período compreendido entre 15 de dezembro de 2014 e 27 de fevereiro de 2015.-----

----- **b) Justificação de Faltas de membros da Assembleia Municipal às Sessões do Órgão Deliberativo:**-----

----- Apresentou por escrito, pedido de justificação de falta à sessão de hoje dia 27 de fevereiro o membro Srs. José Luís Lopes Ramos.-----

----- A Mesa da Assembleia deliberou por unanimidade e escrutínio secreto, aceitar os pedidos e justificou as respetiva ausências.-----

----- **1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”;** -----

----- Abertas as inscrições para este ponto inscreveram-se e usaram da palavra os membros a seguir indicados:-----

O Sr. Manuel Morais Ramos, referiu o seguinte: -----

“Ex.mos Senhores Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal, Membros deste Órgão Autárquico, minhas senhoras e meus senhores.

Como é do conhecimento de todos nós as ruas de algumas das nossas povoações ficam às escuras em parte da noite, eu como membro eleito desta Assembleia, mas, conhecendo bem o Sr. Presidente da Câmara, homem que não se poupa em esforços na defesa do bem estar das populações deste concelho, eu pergunto, quais as perspetivas para a resolução desta situação?

| | |
|-----------|-----------|
| Ata N.º | 01/2015 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6 | 42 |

A segunda questão, é a da limpeza e obras de melhoramento nas ruas. Eu que fui eleito para defender os interesses das populações do concelho e olhando para a obra já executada e a que está em execução e, perante a situação financeira por nós conhecida julgo que terá sido feito um grande esforço financeiro o que a mim me dá coragem para continuar, no entanto, em Vila Cova à Coelheira as ruas têm sido esquecidas, a folhagem, e vou dar um exemplo, na Rua professor Augusto Guerra, fica ao sabor do vento e da chuva que este inverno não tem colaborado muito e, quanto às obras de requalificação, para quando, Senhor Presidenta da Câmara ? As populações são contribuintes por igual”

O Sr. Fernando Costa Félix, questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca de uma notícia de que teve conhecimento, relativamente a operação Stop efetuada pela Brigada de Transito da GNR, que tanto quanto lhe informaram detetado algumas irregularidade designadamente nas viaturas de transportes de crianças. Pretende saber se é verdade, que tipo de infrações foram detetadas, e se a anomalias já foram sanadas.

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Sr. Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara, referindo-se á limpeza das ruas de Vila Cova à Coelheira, assim como a de todas as freguesias tem sido feita em colaboração e com esforço financeiro das juntas de freguesia uma vez que ainda não foram celebrados os protocolos/contratos interadministrativos de delegação de competências.-----

----- Quanto à questão da iluminação pública, o Sr. Presidente referiu que como é do conhecimento de todos a interrupção de iluminação durante parte da noite nas freguesias do Município, iniciada em 2012, aquando na intervenção da TROIKA, deveu-se ao aumento da taxa do IVA que passou de 6% para 23%, o que era incomportável para a autarquia. Brevemente, com a aplicação de relógios astronómicos, colocação de redutores de fluxo nos postos de transformação e através de contrato de eficiência energética a celebrar entre a EDP e os catorze Municípios da CIMVDL cujo concurso está a decorrer será reajustado o período de iluminação.-----

----- Quanto à questão colocada pelo Sr. Fernando Félix, sobre a fiscalização das viaturas da Câmara Municipal, o Sr. Presidente informou que, foram efetivamente fiscalizadas várias viaturas do município, no entanto não acredita que a operação tenha sido montada propositadamente para fiscalizar os carros da Câmara. As regras do código da estrada são para cumprir não só pelos particulares mas por todos, e se a Câmara as infringir será penalizada como qualquer cidadão. Disse ainda que até esta

data a Câmara Municipal não recebeu qualquer coima decorrente daquela operação de fiscalização.

-----Relativamente às viaturas de transportes escolares, o Sr. Presidente informou que essas viaturas foram fiscalizadas, em vários locais, tendo a GNR constatado que tanto as vigilantes como os condutores/condutoras estavam credenciadas para o efeito, tendo apenas sido detetada a falta de averbamento da certificação na cata de condução de uma condutora, o que já foi afetado.-----

----- Findas as intervenções no período antes da ordem do dia, passou-se à análise da ordem do dia, oportunamente enviada a todos os membros, como segue:-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **a) - Apreciação e votação dos texto definitivo da ata da Sessão ordinária do dia 15 de dezembro de 2014, aprovada e assinada em minuta na própria reunião.**

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata da reunião de 15 de dezembro do ano de dois mil e catorze. -----

----- **b) 1.^a Revisão das Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento do exercício de 2015** – Proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 20 de fevereiro de 2015 – Apreciação e votação.-----

----- O Sr. Presidente informou que a necessidade desta revisão se deveu à inscrição do projecto “ *Participação na aquisição de equipamento de terminal de comunicação TETRA e respetivos acessórios (ETC) para o serviço municipal de proteção civil e corpo de bombeiros voluntários*” dotado com o montante de vinte e dois mil duzentos e oitenta e quatro euros, financiado ao abrigo de Protocolo de Colaboração celebrado com a CIMVDL em 27.01.2015.-----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia inscreveu-se e usou da palavra o Sr. José Manuel Rodrigues, que referiu constatar várias modificações ao orçamento sendo uma delas a retirada de parte da verba relacionada com o programa “Desporto, Recreio e Lazer” que estava dotada/adstrita ao projeto “ Beneficiação do Estádio Dinis de Carvalho em Vila Cova à Coelheira”. Pretendeu saber se de facto esta retirada de verba já indicia a inexistência da candidatura daquela obra aos fundos europeus, conforme o Sr. Presidente informou aquando da aprovação das GOP e Orçamento para 2015.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara, esclareceu que inicialmente a beneficiação do estádio criou alguma celeuma, mas as pessoas perceberam o alcance desta medida e da inclusão daquele projeto nas GOP com uma dotação de duzentos e cinquenta mil euros. Referiu ainda ter sido claro na sessão de 15 de dezembro aquando da apresentação dos documentos de gestão para o ano de 2015, na qual disse que “se

| | |
|-----------|-----------|
| Ata N.º | 01/2015 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6 | 42 |

houver uma janela de oportunidades candidataremos este equipamento”, porém as candidaturas a overbooking ainda não foram abertas. Mais informou que a utilização de verbas previstas numa rubrica para reforço de outra não implica que os projetos não sejam executados. Se houver possibilidade de candidatar aquele projeto volta-se a reforçar a respetiva rubrica. O Sr. Presidente afirmou que não haver aqui qualquer indicio de não execução, porem como é do conhecimento geral a Câmara só com o seu próprio esforço financeiro não a poderá realizar.-----

----- Não tendo havido mais inscrições para este ponto da ordem de trabalhos o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação.-----

*----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com quatro abstenções, dos membros Srs. Fernando Félix, José Manuel Correia Alves, Rosa Cristina Alves Pinto e Paula Cristina Nascimento, aprovar a 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento do exercício de 2015.-----*

*----- **c) Pedido de suspensão do mandato da Sr.ª Maria do Rosário Morgado Simões,** eleita pela lista do Partido Social Democrata (PSD) nas eleições autárquicas realizadas em 29 de setembro de 2013, ao abrigo da alínea c) do n.º 3, do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro – Apreciação e votação do requerimento registado em 20 de fevereiro de 2015.-----*

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informou que a Sr.ª Maria do Rosário solicitou a suspensão do mandato até ao dia 23 de Dezembro do ano em curso, alegando ausência no estrangeiro por motivos profissionais. -----

----- Abertas as inscrições, para este ponto da ordem de trabalhos inscreveu-se e usou da palavra o Sr Fernando Felix que referiu o seguinte: -----

“Relativamente a este assunto permitam-me que diga o seguinte: Parece-nos que falhou algo neste procedimento, nomeadamente quanto à substituição da eleita que pediu a suspensão. Isto porque o número 7 do invocado artigo no edital (art.º 77º da Lei n.º 169/99, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro) dispõe que “A convocação do membro substituto faz-se nos termos do n.º 4 do artigo 76º”. Assim e constando do mencionado nº 4 do artigo 76º que “A convocação do membro substituto compete à entidade referida no n.º 2 e tem lugar no período que medeia entre a comunicação da renúncia e a primeira reunião que a seguir se realizar, salvo se a entrega do documento de renúncia coincidir com o acto de instalação ou reunião do órgão e estiver presente o respetivo substituto, situação em que, após a verificação da sua identidade e legitimidade, a substituição se opera de imediato, se o substituto a não recusar por escrito de acordo com o nº 2. ”, em nosso entender o Sr. Presidente da Assembleia, a quem legal e antecipadamente foi dirigido

o pedido de suspensão, deveria ter diligenciado pela convocação do membro substituto. E se isso tivesse acontecido, conforme o decorrente da lei, esta reunião deveria ter-se iniciado com a apreciação do pedido de suspensão e pela imediata substituição, o que teria permitido que o eleito substituto tivesse já participado nas discussões e deliberações hoje efetuadas. Não tendo acontecido, cumpre-nos registrar e censurar a, na nossa opinião, falta de respeito para com o eleito substituto e sobretudo para com os eleitores deste Município.”

----- O Sr. Presidente da Assembleia, agradeceu a intervenção do Sr. Fernando Félix, e justificou o procedimento, tendo referido o seguinte: -----

“Obviamente, não houve qualquer desrespeito por quem quer que seja. A lei foi cumprida, como sempre o é. Obviamente que aquilo que o Sr. Félix leu, e bem, diz respeito exatamente à renúncia, cujo ato é unilateral, que se apresenta com uma simples comunicação ao Órgão competente, enquanto que, o que aqui hoje está ser analisado é um requerimento de suspensão de mandato, que tem de ser votado para que a suspensão possa ocorrer. Há uma diferença clara entre renúncia e suspensão. Não faria qualquer sentido convocar outra pessoa para esta reunião, porque enquanto o requerimento não for votado não se sabe se a suspensão é ou não autorizada.”-----

----- O Sr. Fernando Félix solicitou novamente a palavra para dizer o seguinte:-----

“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia eu não sendo formado em direito conheço contudo uma máxima jurídica que ensina que: quando a lei é clara não precisa de interpretação. Assim Sr. Presidente cumpre-me reiterar o que disse porquanto para nós é completamente claro que a convocação do eleito substituto e respetiva substituição deveriam ter acontecido nos termos legalmente previstos pelo artigo 77º da Lei 169/99, uma vez que, repito, o seu nº 7 dispõe que “A convocação do membro substituto faz-se nos termos do nº 4 do artigo 76º”, e, por sua vez, este referido nº 4 do artigo 76º dispõe que: “ A convocação do membro substituto compete à entidade referida no nº 2 e tem lugar no período que medeia entre a comunicação da renúncia e a primeira reunião que a seguir se realizar...”

----- O Sr Presidente da Assembleia referui que discorda absolutamente da posição do Sr. Fernando Félix. Entende que, o que ele diz não faz sentido e que está a confundir as duas figuras (renúncia e suspensão). Voltou a referir que não houve desrespeito por ninguém e que o que foi feito foi no cumprimento restrito e objetivo da lei através da sua interpretação. -----

----- Findas as intervenções o Sr. Presidente da Mesa colocou o requerimento de pedido de suspensão mandato a votação.-----

| | |
|-----------|-----------|
| Ata N.º | 01/2015 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6 | 42 |

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade e escrutínio secreto, aprovar o pedido de suspensão apresentado, devendo ser notificado o elemento seguinte da lista do PSD apresentada a escrutínio nas últimas eleições autárquicas do dia 29 de setembro de 2013, para substituir o membro agora suspenso enquanto durar a suspensão.-----

----- **d) Apreciação da Actividade Municipal** desenvolvida durante os meses de janeiro e fevereiro do ano em curso, textos das atas das reuniões da Câmara Municipal no período compreendido entre 29 de Setembro e 15 de Dezembro, mapas contendo a informação sobre a situação financeira do Município, informação sobre os processos judiciais em curso, nos termos do artº 25º, nº 2, alínea c) do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.-----

----- O Presidente da Câmara referiu que uma vez que a relação da actividade municipal foi oportunamente entregue à Assembleia considera ser dispensável a sua leitura, estando disponível para responder às questões que lhe queiram colocar.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Nos termos 71.º do Regimento da Assembleia Municipal, foi aberto ao público um período de intervenção para esclarecimentos, nomeadamente sobre matérias constantes da ordem do dia da Sessão.-----

----- Não houve público presente na sessão.-----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente acta foi aprovada em minuta por unanimidade, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Finda a Ordem do Dia e uma vez tratados todos os assuntos, o Sr. Presidente da Mesa deu como encerrada esta sessão, eram quinze horas e quarenta minutos.-----

----- Todos os documentos citados nesta ata e que serviram de base ao que nela foi apreciado, constam da pasta de documentos anexos às atas da Assembleia Municipal e dão-se aqui por transcritos para todos os efeitos. -----

----- Para que conste lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

[illegible]